



Da habitabilidade geográfica à eletrônica: a configuração do espaço urbano no discurso do telejornalismo local¹

Jhonatan Mata²e Iluska Coutinho³
Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF

Resumo: Na era do hibridismo e da multiplicidade de identidades, um dos grandes desafios do telejornalismo, como nova “praça pública” consiste em contribuir para a preservação de traços genuinamente locais num mundo globalizado. Nesse processo, os jornalistas, através das “matérias de bairro” (no jargão jornalístico) tentam re-construir o tempo-espaço da cidade como uma temporalidade recortada diretamente do mundo natural. Nossa proposta é observar de que maneira esse esforço discursivo midiático em anular a oposição entre o aqui (centro) e o ali(periferia) é percebido por aqueles a quem o telejornal tenta representar. O estudo tem como recorte empírico dois grupos de moradores da periferia da cidade de Juiz de Fora: os jovens da Oficina crítica “Telejornalismo: Novos Olhares”, que integra o projeto multidisciplinar de inserção social “UFJF: Território de Oportunidades” e moradores do Bairro Benfica, na Zona Norte do município.

Palavras-chave: Telejornalismo; Popular; Espaço Urbano; Audiência; Identidade local

O rápido processo de urbanização pelo qual o Brasil tem passado desde a década de 60 coloca a cidade como palco da economia pós-industrial no século XXI. Atualmente, mais de 80% da população vive em áreas urbanas. Um novo sistema de cidades está se configurando, sobretudo com o aumento da população das cidades de porte médio, como é o caso de Juiz de Fora.

Complexa e multidimensional, essa “neo” urbanização traz como características básicas a exclusão social e a segregação espacial. Conseqüentemente, aumentam as reivindicações da população acerca de um maior poder de representatividade e de respeito à diferença nos processos de gestão urbana.

Diante deste cenário, a hipótese central de nosso estudo é de que a exigência de condições mais dignas de habitabilidade ultrapassa cada vez mais os limites meramente “ambientais” ou “geográficos”. Os utilizadores da cidade, com destaque para os moradores das periferias, reclamam por “salubridade midiática”, principalmente na televisão.

Para Yvana Fachine

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Jornalista, mestrando bolsista Capes, do PPGCOM da UFJF na linha “Comunicação Identidades”. e integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq). Participa da pesquisa “*A incorporação do público no telejornalismo*” e do projeto de extensão em interface com a pesquisa “*Comunicação para a Cidadania*”, com apoio da Fapemig.

³ Professora da Faculdade de Comunicação e do PPGCOM da UFJF. Mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social (Umesp), com estágio doutoral na Columbia University. Líder do grupo de Pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania” (CNPq).



“...o *homo electronicus* sepultou definitivamente o modelo das cidades-teatro da Antiguidade e da Renascença, pautado na dimensão espacial física do território: cidade como palco de encontro. Com a desterritorialização propiciada pelo espaço-tempo ótico eletrônico, a cidade redefine seu estatuto: é sobretudo, uma experiência de mediação- telecidade ou videocidade” (FECHINE, 2006, p37)

Atento a tais re-definições, o estudioso e defensor da TV aberta, Dominique Wolton reconhece que, “como objeto de estudo e consumo, a televisão não deixa ninguém indiferente, sendo constante alvo de controvérsias e discursos apaixonados e políticos que não contribuíram para estabelecer uma lógica do conhecimento” (WOLTON, 1996, p.34).

Na direção desses pensamentos e, em virtude dos limites de um artigo, concentraremos-nos na percepção do telejornalismo local como elemento de análise. Esta é realizada sob a ótica de dois recortes de audiência urbanos em Juiz de Fora: os participantes das Oficinas “Telejornalismo: novos olhares”, nos anos de 2007 e 2008 e telespectadores, no Bairro Benfica, do Telejornal da Alterosa Edição Regional.

O primeiro grupo é formado por jovens da periferia da cidade, prioritariamente dos bairros Santa Cândida, São Sebastião e Granjas Betânia. A oficina, ainda em atividade, integra o Projeto “Comunicação para a cidadania: tecnologia, identidade e ação comunitária”, da Faculdade de Comunicação Social da UFJF, vinculado ao programa “UFJF: Território de Oportunidades⁴”. Cada turma, que se mantém na oficina semanal por quatro meses é formada por aproximadamente 15 jovens.

Debates críticos sobre as funções do telejornalismo como recurso de aproximação entre as pessoas e aulas práticas sobre a elaboração de matérias para um noticiário de TV envolveram jovens, professores, técnicos e bolsistas de iniciação científica. Um dos principais objetivos da oficina, e que será transposto ao longo deste artigo, consiste em investigar as “maneiras” como a audiência jovem da periferia se sente (ou não) representada nos telejornais locais ou “as diferenças entre a visão de cultura de quem faz os jornais e de quem os assiste”, nas palavras da professora integrante do projeto, Iluska Coutinho.

Nossa segunda seleção abriga onze moradores do Bairro Benfica, na Zona Norte da cidade. O bairro é conhecido por sua distância e independência em relação ao centro da cidade, em virtude de seu comércio próprio. O objetivo foi verificar a recepção de um telejornal local entre as pessoas que a emissora considera ser seu público alvo: a população das classes C, D e E.

⁴ O Projeto “UFJF: Território de Oportunidades” existe desde 2005, trabalhando com jovens de 15 a 18 anos. A proposta básica de trabalho se concentra no envolvimento entre ensino, pesquisa e extensão, nas diversas unidades de ensino da UFJF. O objetivo das oficinas é permitir aos jovens a inserção social, para que possam atuar como agentes culturais e referenciais em suas comunidades.



Interessa-nos averiguar, a partir dessas evidências empíricas, como o telejornalismo local constrói seu regime de interação com o espaço urbano que sugere representar nesses dois casos. Além da caracterização geográfica de periferia, nossos recortes têm em comum, paradoxalmente, a própria diferença, a exigência de um espaço (televisivo e urbano) para a mesma e o pedido de um novo olhar sobre seus bairros.

Na concepção de Miracy Gustin “as cidades na atualidade são desenraizadoras com relação às suas instituições, quadros de referência e convicções(...) e o urbano é hoje tão fluído quanto a própria modernidade contemporânea e todos os seus elementos fugazes e contraditórios”(GUSTIM, 2006, p37)

Tais questionamentos nos convidam a analisar os valores colocados em jogo na formação das identidades contemporâneas e sua aplicação na produção do ambiente urbano juizforano ao longo do tempo.

Identidade, diferença e pertencimento: uma rota híbrida

Entendemos por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Para Calhoun não existe um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas, onde se distinguem o eu do outro, nós e eles.

O autoconhecimento- invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta- nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros. (CALHOUN, p9-10, 1994 apud CASTELLSs, 2003, p.2)

Para Stuart Hall, as discussões atuais sobre identidade e suas crises se devem, sobretudo, ao declínio de velhas identidades e à fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado, tanto na concepção iluminista quanto na sociológica. Embora maneje suas formulações com o cuidado de deixá-las abertas à contestação, o autor adianta que

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. (HALL, 2004, p.9)

Diferentemente do sujeito racional e centrado no “eu” do iluminismo e do sujeito sociológico clássico, produzido a partir da interação com o mundo social, o sujeito pós-moderno, tem identidade(s) fluída(s), muitas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Ou conforme define Stuart Hall:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o



nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. (HALL, 2004, p. 13).

Na obra “Da diáspora: identidades e mediações culturais”, Hall se utiliza da dispersão de um povo por motivos políticos e/ou religiosos para analisar a complexidade envolvida na elaboração de identidades na era da globalização. A diáspora é exemplificada, nesse caso, pela migração caribenha para a Grã-Bretanha. Essa dispersão completava, no ano de 1998, seus 50 anos, representados pela consolidação dos assentamentos negros caribenhos no Reino Unido.

Para além de relatos históricos, as reflexões do autor se concentram nas estratégias utilizadas na construção de uma nação/comunidade imaginada, dos sentimentos de pertença e seus jogos sob a ótica da dispersão, onde cada um é cultural e historicamente tão próximo de seu vizinho e tantos vivem a milhares de quilômetros de casa.

O processo envolve a sensação familiar e moderna de deslocamento, de não-casa, que se reflete não só no caso específico da migração caribenha citada no livro, mas num sentimento de não-pertencimento e de tentativa de resgate identitário experimentado em escala planetária, globalizada e, intrigantemente, também na esfera do local.

Na modernidade tardia, versos, textos e inúmeras músicas refletem a questão do deslocamento e do “voltar pra casa” (que casa?), através de eixos temáticos como a ponte, a casa, o lugar, a cidade, o país. O nomadismo surge aqui confrontando-se ou analisado conjuntamente com as paixões nacionais e bairristas e seus mitos fundadores. Ou, conforme caracterizado no texto “o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação que vem de novas e inusitadas combinações dos seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes, canções é como a novidade entra no mundo”. (HALL, 2003, p34).

A questão proposta por Hall como principal problemática e que mais nos interessa em nossa análise sobre as apropriações mútuas entre telejornalismo e audiência local seria “Como conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento diante das complexas relações de poder?”

As narrativas e versões sobre um povo e suas origens tornam-se cruciais no momento de formulação de uma *nationhood*, ou nação imaginada. Estas explicam, por exemplo, o fato de histórias sobre o Velho Testamento (envolvendo narrativas que incluem os discursos do sofrimento babilônico, do grande êxodo, da terra prometida) encontrarem mais simpatia entre os negros do Novo Mundo, pelo discurso libertário. A identificação, nesse caso, torna-se mais potente que outros discursos, como o da estória do Natal. Essas metáforas, segundo Hall, funcionam como um mito fundador, que re-organiza a controversa



concepção de “tribo”, através da identificação associativa. O autor alerta, entretanto, para o perigo da interpretação literal das metáforas, transformando os mitos em geradores de conflitos modernos. As apropriações excessivamente “fechadas” dos conceitos de pátria e identidade cultural/local resultam em diversas lutas (por vezes sangrentas) entre os povos, como a que ocorre entre judeus e palestinos. Não existem rotas puras de formação de povos. As origens são bem mais híbridas do que convencionalmente categorizamos. A própria associação entre a África e o tráfico de escravos é crucial para entendermos a questão da diáspora: a escravidão mascara e tenta delimitar nesse ponto de origem comum, nessa “generalização da negritude”(grifo meu) uma variedade imensa de povos, tribos, culturas e línguas- além de um sincretismo total.

De modo semelhante, não é novidade que a caracterização da “periferia”, do “extra-centro” pela mídia local ou nacional por diversas vezes se engessa nos estereótipos da insegurança, do crime, dos problemas urbanos, da luta pela manutenção de necessidades básicas. Isso quando não apela para um falso-ingênuo “provincianismo jocoso e caricato da periferia” colocado em contraste com um discurso *high-tech* da região central. Ou, nas palavras da pesquisadora Cláudia Lahni, ao analisar a participação popular nos noticiários de massa no Brasil, apresenta as pessoas das classes populares “como personagens exóticas ou atrasadas” (LAHNI E MUSSE, 2007, p.126).

O reflexo máximo e de proporções internacionais desse tipo de apresentação da “cidade ilegal”⁵(COSTA,2006, p14) pode ser conferido no cinema (apenas a título de exemplificação, já que nosso foco é o jornalismo), no sucesso de produções como “Cidade de Deus” e sua periferia engenhosamente salpicada por malandros cômicos e assassinos típicos.

Na contramão da rotulagem identitária, na pós-modernidade o sentimento de pertença, seja ele a um país, uma cidade ou até a um determinado bairro pode ser experimentado de diferentes formas, sob a ótica da *différance*, de uma rede de significados móveis, mesmo por povos que possuem uma origem comum. Há sempre a permissão para o “deslize” do significado, “sempre existe algo no meio” (HALL,2003, p27) na semiose aberta da cultura. Esse hibridismo acaba por trabalhar o outro e a diferença como conceitos menos herméticos e não excludentes ou antagônicos.

⁵ A expressão “Cidade ilegal” é adotada por Heloisa Soares de Moura Costa para definir os processos de inclusão-exclusão em relação a uma determinada regulação jurídico urbanística. Embora não-sinônimas, as expressões formal-informal, regular-irregular, planejada-espontânea, ideal-real são nuances também ambíguas que caracterizam a assimetria de poder nas relações sociais brasileiras, onde a legalidade da moradia, extremamente elitizante e excludente, transforma-se de direito em mercadoria, de norma geral em privilégio.



Hall caracteriza essas fronteiras posicionais como responsáveis pela criação de *lugares de passagem*, relacionais, que não são mais aquele lugar histórico, preso ao passado e às origens míticas.

O hibridismo nasce de diferentes re-arranjos, o que não significa que haja igualdade de valores. Conforme já elucidado, ainda permanecem os jogos de poder. Nesse sentido, a globalização não pode ser desvinculada do capitalismo, ao passo que as culturas locais e de bairros sempre se recusam a serem encurraladas dentro dessas fronteiras nacionalistas/globais.

Existem tentativas de homogeneização cultural, de “McDonaldização” ou “Nikezação” nos neologismos de Hall para ilustrar a ameaça da mesmice cultural americana. Mas cresce a disseminação da diferença cultural no mundo. Trata-se de dois processos opostos, contraditórios. A “vulgata localista”⁶, na concepção de Bourdin (2001), embora ainda não tenha força suficiente para suplantarmos a americanização, representa um descentramento que reflete a necessidade(ou tendência) do próprio mercado cultural/consumidor global de ser assimilado pelo local para ser consumido.

Hall esclarece que, hoje em dia, “o meramente local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é a condição de existência do outro” (HALL, 2003, p45/46).

Reconstruir identidades torna-se tarefa que exige ir além do retorno às origens. Os significados já não nos são oferecidos prontos, acabados, “de bandeja”. Há sempre a mediação, o poder da tradução que revela uma “terceira coisa” que não é somente a língua original re-codificada nem a língua com que se transmite o código.

A idéia de um “centro fixo” de elaboração identitária, nesse contexto, perde sua força diante da modernidade. Em Juiz de Fora, a “habitabilidade” também é permeada por tais jogos de poder e negociações identitárias, desde sua formação até à atualidade, conforme observaremos a seguir.

A Identidade juizforana: tensões, projeções e distorções

Conservadorismo e progresso marcam a identidade de Juiz de Fora. O município, considerado de porte médio, caminha para seus 159 anos e tem população estimada de pouco mais de 500 mil habitantes. É importante salientar sua função de principal cidade da Zona da Mata mineira e sua posição de pólo regional que presta serviços no comércio, saúde e educação a habitantes de vários municípios, extrapolando, inclusive, fronteiras

⁶ Termo utilizado pelo estudioso para definir um intenso processo de afirmação da questão local na atualidade.



estaduais. Por outro lado, a cidade encontra-se tensionada entre as três maiores capitais brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Nesse contexto paradoxal, o que seria e a quem pertenceria Juiz de Fora? Por um lado, existe a cidade como uma “zona de glamour urbano” (GIDDENS, 2004 p572)- um circuito de bons restaurantes e hotéis, edifícios de escritórios, (alguns inclusive cobertos por painéis de artistas como Cândido Portinari), condomínios residenciais⁷, shoppings⁸, teatros e centros culturais, como o Cine Theatro Central e o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas⁹.

Nos dois últimos há, frequentemente, por parte da mídia local, um discurso cosmopolita da cidade, que recebe nestes ambientes personalidades de renome nacional e até internacional com a valorização do local, daquilo que poderia ser caracterizado como “prata da casa”, os artistas, personagens e personalidades regionais (sempre valorizados pelo reconhecimento nacional que obtiveram). O exemplo mais recente de valorização de artistas locais pode ser observado com a projeção midiática da cantora juizforana Josiane Oliveira, em função de sua participação no *reality show* da Rede Globo, Big Brother Brasil 9.

Todos esses fatores, associados à valorização de pintores e escritores regionais confirmam a tese de Christina Musse de que: “a imprensa juizforana trata de intitular a cidade como a capital intelectual de Minas”. (2006, p86)

Jornalista, professora e pesquisadora das confluências entre Comunicação, Identidade, Memória e Imaginário urbano, Musse caracteriza Juiz de Fora como um caso particular de cidade mineira, principalmente por seu processo de povoação. Ela explica, em sua tese de doutorado, que a cidade não “viveu” com intensidade o ciclo do ouro. O desenvolvimento se fundamenta no mito (ainda sem consenso) dos imigrantes empreendedores e na realidade de sua efetiva identidade industrial, moderna e febril no

⁷ Juiz de Fora experimenta nos três últimos anos o boom dos condomínios residenciais, colocando-se em posição de reivindicação de status dos grandes centros urbanos. Infinity e Play são alguns dos sugestivos nomes de condomínios oferecidos às classes média e alta da cidade, em bairros considerados nobres. A publicidade destas construções invade a mídia local atualmente, sugerindo um “american way of life” que vai além dos nomes: trata-se da tentativa de incorporação do estilo de vida das grandes cidades, onde (por questões como violência, trânsito e falta de tempo) o lazer, antes vivenciado em praças e ruas, dá lugar ao “playground”, às salas de jogo e salões de eventos nos próprios prédios.

⁸ Merece destaque a implantação, no ano de 2008, do Independência Shopping, que agora passa a ser o maior da cidade e abriga lojas com marcas de renome nacional e internacional. O Shopping, instalado em local que estimulou inclusive a construção dos “vizinhos” condomínios supracitados, aparece na mídia local como símbolo de status e progresso mas também como ameaça ao comércio da região central.

⁹ Símbolo do pioneirismo industrial, a antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas, graças à mobilização de artistas, escritores e jornalistas, foi transformada, em 1987, em um amplo Centro Cultural. Inserido na lista dos patrimônios mais populares do município, o CCBM oferece à comunidade galerias de arte, anfiteatro, videoteca, eventos musicais e salas de aula (onde são ministrados cursos como de desenho, artesanato e escultura).



início do século XX e em declínio a partir de 1930, que rendeu ao município a designação de Manchester mineira, em comparação com a cidade inglesa.

[...] diferenças concretas que marcaram a ocupação da região, diferenciando-a do restante do estado de Minas Gerais e, em especial, revelando como a cidade, por não ter compartilhado sentimento barroco característico do período colonial mineiro, desta forma, se afastou daquilo que se convencionou chamar de discurso da “mineiridade”, que forja a sua narrativa nos setecentos e oitocentos (MUSSE:2006, p.46)

A relação de Juiz de Fora com a urbanização só acontece, de fato, após a abertura do Caminho Novo, estrada que encurtava a distância entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, e se torna a principal via de entrada de escoamento nas décadas finais do século XVIII, já no período do declínio do ouro. Os primeiros lotes e ruas urbanizados, que hoje correspondem à Avenida Rio Branco, a principal via da cidade, localizavam-se nas adjacências do Rio Paraibuna. Esse tipo de organização das cidades foi descrito pelo teórico social Anthony Giddens.

os padrões de localização, movimento e realocação nas cidades, de acordo com o ponto de vista ecológico assumem formas idênticas (às naturais). Desenvolvem-se bairros diferentes a partir dos ajustamentos feitos pelos habitantes, à medida que lutam pela vida. Uma cidade pode ser representada como um mapa de áreas com características sociais distintas e que contrastam entre si”. (GIDDENS, 2004, p.576)

Quando trabalhamos a questão da formação da cidade, registra-se que Juiz de Fora ganha contornos de área urbana, ao se organizar como vila, somente no cafeeiro século XIX e não no áureo e mineiro século XVIII. É aqui que se torna interessante a apropriação da “abordagem ecológica” à análise urbana desenvolvida pela “Escola de Chicago” entre os anos de 1920 e 1940 e re-iluminada pelos estudos de Giddens.

A abordagem recebeu o título de ecológica por relacionar a implantação dos sítios urbanos e distribuição de diferentes tipos de bairro nos mesmos à divisão esquemática de diferentes espécies na natureza, buscando um certo equilíbrio.

Giddens relembra que, de acordo com essa tese, as áreas urbanas modernas tendem a desenvolver-se ao longo dos leitos dos rios, em planícies férteis ou na intersecção de rotas comerciais ou de vias ferroviárias

A posterior dominação da região central pelos negócios e espaços de entretenimento, enquanto se promove uma mudança de habitantes para bairros novos na periferia da cidade também é privilegiada no âmbito desta abordagem.

Apesar da desvalorização que essa perspectiva confere à ação e planejamento consciente da organização das cidades, consideramos essencial a quantidade de investigação



empírica que fomentou e a preocupação desta teoria com a ocupação humana nas cidades e a interdependência entre suas diferentes áreas.

Na Juiz de Fora de hoje, verificamos um domínio de estabelecimentos comerciais nas três principais vias da cidade, que também são as mais antigas: a Avenida Rio Branco, a Avenida Independência e a Avenida Getúlio Vargas. Bairros periféricos como Aeroporto e São Pedro abrigam construções luxuosas, refúgio dos cidadãos de classe média alta e alta.

Contraopondo-se ao “glamour urbano da atual Manchester Mineira” temos uma outra população de “utilizadores da cidade” que cresce nas periferias (tanto territoriais quanto econômicas), cujas reivindicações à cidade são também legítimas, mas muitas vezes muito menos bem vindas. É o caso dos moradores dos bairros selecionados nesta pesquisa

No entanto a “natureza do ambiente criado” não resulta apenas das atividades de ricos e poderosos, conforme sublinha Castells ao contrastar (ou complementar) a Escola de Chicago por ver a cidade como parte integral de processos de consumos coletivos, para além de uma localização distinta. Importam para o autor as lutas dos grupos desprivilegiados para mudarem suas condições de vida.

Os problemas urbanos estimulam múltiplos movimentos sociais, que se preocupam com a melhoria das condições habitacionais, protestam contra a poluição atmosférica, defendem os parques e espaços verdes[...] (CASTELLS apud GIDDENS, 2004, p.579).

No caso de Juiz de Fora, se, por um lado, a cidade apresenta em sua “cult-ura” a globalizante contribuição de influências alemãs, italianas, árabes e inglesas, da promoção de concertos internacionais de música erudita, das raves com nomes da cena eletrônica mundial, por outro ganha seu status regionalista com os vendedores de verduras nas portas das casas e carroças fazendo transporte de cargas nas avenidas centrais.

Nos bairros selecionados como nosso recorte empírico, destacamos, ainda, a importância da vizinhança enquanto elemento modificador, estruturante ou mesmo regulador de comportamentos e identidades, algo aparentemente mais sutil na região central da cidade. Essa indefinição entre o cosmopolitismo e o provincianismo de Juiz de Fora torna ao mesmo tempo difícil e primordial a atribuição de uma identificação coletiva ao telejornalismo local.

Yvana Fechine, ao analisar a reconfiguração do espaço urbano pelas mídias reconhece que a mediação tecnológica acaba por configurar um “novo lugar”. Para a autora, as situações sociais já não são mais determinadas exclusivamente por espaços físicos de interação, tendo-se em vista que

“os meios eletrônicos oferecem agora novas formas de acesso (aos locais, às pessoas, às instituições, às informações). Se o lugar físico ou social ocupado



pelos sujeitos é um dos fatores determinantes do tipo de interação que se dá entre eles e se as mídias configuram-se como um lugar em que se dá grande parte da experiência urbana contemporânea, o nosso desafio agora parece evidente: precisamos identificar quais são e como os meios de comunicação constroem hoje diferentes regimes de interação” (FECHINE, 2006, p38)

Voltando ao âmbito local, é visível a justaposição de vidas e meios de vidas, na luta por uma re-descoberta de identidades juizforanas. Trata-se de algo que se reflete no telejornalismo e em sua audiência (ou na audiência que os jornalistas presumem¹⁰), como veremos adiante, ao perceber a tradição da mídia local de resgate de ordem, de desvelamento e demarcação dos problemas e “territórios” urbanos, seguindo uma tendência nacional. Perceberemos, ainda, os questionamentos das recepções analisadas quando se deparam com esse “novo lugar” que o telejornalismo local institui e lhes reserva. E, de que maneira, estes procedimentos discursivos atuam ao trans-portar para a TV, um território físico- no caso, a periferia.

A cidade cabe no telejornal? Análise de dois recortes urbanos de audiência

Manuel Bandeira, em “Evocação do Recife” já anunciava no pretérito uma “vida que não (me)chegava pelos jornais nem pelos livros. Vinha da boca do povo(...) (BARBOSA, 1986, p.81). Com a sensibilidade que a poesia confere, Bandeira se dava conta, há mais de 80 anos, das transformações do conceito de espaço público, cada vez mais construído através dos sentidos produzidos e disponibilizados pelos veículos de comunicação. Que sua poesia-profecia cosmopolita continua atual não resta dúvida. O que nos cabe acrescentar é que, desde então, a vida nos vem chegando, em progressão geométrica, por meios como a internet, o rádio e pela TV, tendo no telejornal, privilegiado neste artigo, um de seus principais “lugares intersubjetivos de encontro” (FECHINE, 2006, p40).

Em Juiz de Fora, as possibilidades de a população local “se ver na TV” se resumem basicamente a dois noticiários televisivos: O MGTV- telejornal com duas edições diárias da emissora Panorama, afiliada da Rede Globo e o Jornal da Alterosa, que integra a grade de programação da TV-Alterosa, afiliada ao SBT.

Através de discussões desenvolvidas ao longo dos anos de 2007 e 2008 nas oficinas “Telejornalismo Novos Olhares” a relação da TV com os jovens de bairros periféricos de

¹⁰ A hipótese de Audiência Presumida, na concepção do professor e pesquisador na Graduação e na Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, Alfredo Vizeu, pode ser anunciada como a construção antecipada da audiência a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. Esse trabalho resultaria, nesse contexto, na notícia.



Juiz de Fora foi vislumbrada a partir da declaração da maioria dos participantes de possuíam de quatro a cinco aparelhos em casa. Informaram, ainda, que vêm seus bairros “aparecerem na TV”, nos dois telejornais locais, prioritariamente quando as pautas tratam de assuntos como violência e tráfico de drogas.

Na concepção da jovem Bruna, do bairro Santa Cândida “vira notícia o que foge do normal e, principalmente, aquilo que é negativo”. O jovem Igor, do Bairro Granjas Betânia, vai além do reconhecimento sobre a relação periferia-bárbarie no telejornal e acredita ser possível lançar um olhar menos estereotipado sobre seu território, aquele que, de acordo com as proposições de Hall “foge das generalizações e valoriza a diferença”. Para Igor, “Geralmente os assuntos relacionados à periferia são relativos a crimes, assassinatos. Eu tenho medo é da violência do centro. Se eu fizesse uma matéria sobre meu bairro, mostraria também o lado bom, como a praça e a escola”.

Cabe ressaltar que a praça dos bairros foi citada pela maioria dos integrantes da oficina como pauta preferencial para uma matéria de telejornal. As qualidades do “lugar” foram apontadas pelos integrantes, indo de critérios como beleza, tranquilidade, realização de atividades de lazer e esportivas até a promoção de festas para as comunidades. Trata-se de um dado importante se levarmos em conta que, nas regiões centrais, o papel da praça como “ponto de encontro”, de interação entre moradores vêm cedendo lugar ao crescimento do comércio, o que a torna mais um lugar de passagem do que espaço de interação.

A praça dos bairros analisados, representaria, na proposta de Marc Augé, um “lugar” por seu valor identitário, relacional e histórico. De modo contrário, a praça da região central figura nos relatos apresentados durante as oficinas como um “não lugar”, onde “o freqüentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito é renovado com os gestos do comércio em surdina, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero”. (AUGÉ, 2003, p.74).

A auto-percepção por parte dos integrantes da Oficina da relação entre negatividade do fato e valor-notícia também esteve nítida em outra discussão, onde a temática era a valorização das celebridades pela mídia. Foi possível perceber que a expressão “celebridade” extrapolava a notoriedade de cantores, atores, apresentadores ou até participantes de *reality shows* e envolvia “personagens” reais presentes no noticiário da TV. Personalidades do hip hop e da música pop como os cantores Jay-Z e Béyonce figuravam na lista de notáveis, juntamente com Alexandre Nardonna, acusado de matar a filha Isabela Nardonna e que, nesse período, tinha sua imagem propagada diariamente pelos telejornais.



“Para a gente aparecer, só se fizer alguma coisa assim, ou como o cara do ônibus 174¹¹”, acrescenta a jovem Bruna, como única forma de figuração da periferia num telejornal.

É válido refletirmos que o reconhecimento, por parte dos jovens consultados, de que seus bairros ganham “habitabilidade audiovisual” prioritariamente em assuntos envolvendo crimes e contravenções, não exclui a identificação de alguns, aproximadamente 20% de nossa amostra, com esse tipo de produção. Josiane Clélia, do Bairro São Sebastião declara que, tanto em nível local quanto nacional/internacional seus “assuntos preferidos no telejornal são tráfico, mortes e policiais”, mesmo quando seu bairro é o cenário de tais acontecimentos.

Ainda que com restrições à exploração da temática do crime, a importância da mídia local é reconhecida pela maioria, que declara, assim como Josiane “assistir ao jornal em busca de informação” ou “a TV é importante para saber as notícias do bairro”, na opinião de Roselene.

Ao trabalharmos com os jovens os critérios de noticiabilidade¹², aquilo que define o que vai ou não “ao ar” no telejornalismo, observamos traços característicos de uma audiência crítica, contrariando visões frankfurtianas acerca da existência de espectadores passivos, sobretudo se nos deixássemos enganar pela pouca idade do grupo (de 15 a 18 anos).

Quando o jovem Roger indica a chegada do parque de diversões ao seu bairro como possível pauta local, logo tem sua proposta rebatida por Hebert, que declara ser o assunto desinteressante, já que “acontece todo ano”. Roger valoriza sua pauta, ao declarar que “Nos telejornais tem notícias que acontecem todo ano e há varias formas de deixar a notícia interessante. Quanto custa o ingresso esse ano? Quais as normas para se instalar um parque de diversões? Ninguém aqui deve saber disso”.

Roger critica a postura dos telejornais ao escolher, de maneira distinta, aquilo que vira notícia na periferia e na região central. “Outro dia um marido brigou com sua mulher no meu bairro. Briga comum de casal. A filha do casal que separou a briga e os mandou para casa. Quando isso seria matéria se acontecesse no Centro?”.

Partindo para nossa outra experiência, no Bairro Benfica, é crucial registrarmos que o início convencional de pesquisa de recepção teve seu final decretado logo nos primeiros minutos de exibição do telejornal gravado. Os comentários espontâneos suplantaram, em teor informativo, as indagações dos questionários. O material a ser analisado em conjunto

¹¹ Referência ao sequestrador Sandro Nascimento, que invadiu um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro, em 2000 e cujo crime teve sua adaptação para o cinema em 2008, com o documentário “Ônibus 174”.

¹² Restrições ligadas à organização do trabalho jornalístico, sobre as quais se criam convenções profissionais, para definir o que é notícia. Para saber mais, consultar “O Lado Oculto do Telejornalismo”, de Alfredo Vizeu.



com onze participantes, escolhidos pela condição de audiência¹³ do telejornal contava com a 1ª matéria de cada edição dos dias 03 a 07/11/08 do Telejornal da Alterosa. Apesar do recorte, é justo salientar que as discussões escaparam dos limites do telejornal exibido e incluem propostas e críticas ao telejornalismo local como um todo.

A relação entre violência e periferia no telejornal, como ocorre na Oficina, encabeça as proposições dos entrevistados, juntamente com o reconhecimento da importância do papel referencial do telejornal junto aos utilizadores da cidade. A participante Romilda, de 46 anos, dispara: “Assisto TV mais para estar informada. Como mãe, no que diz respeito à cidade, quero saber o que se passa na Getúlio (Vargas, avenida da cidade), no país, no mundo. Não é o mesmo prazer de assistir a um show, mas jornal é necessidade de se atualizar”. O marido, Giovani, de 47 anos, completa “quero me inteirar dos assuntos da região”.

O excesso de violência e matérias sobre crimes é apontado repetidamente como um recurso que deveria ser usado com mais parcimônia ao se abordar a periferia. Para Giovani, “notícia desse tipo cria na população criatividade para o delito (...) é preciso abordar mais os problemas urbanos, a política nos bairros”. Mesmo reconhecendo que “a Zona Norte é difamada e marginalizada por causa de “casos isolados”, Romilda, bem como outros quatro participantes, tem outra visão sobre o assunto: “Eu gosto. Paro o almoço para ver o jornal. Violência me atrai. O que chama atenção é a violência”. A hipótese é confirmada quando a matéria “Operação Metralha”, sobre o desmantelamento de uma quadrilha e prisão de 15 traficantes de drogas, em 05 de novembro de 2008 foi eleita a preferida pelos presentes, em termos de conteúdo informativo e relevância.

A editora do telejornal da Alterosa reconheceu, em entrevista, a importância desse tipo de produção quando declara que

Na verdade interessa o que a gente sabe contar. Às vezes tem um caso muito cabeludo, que, é obvio, todo mundo vai querer saber. Às vezes não é tão cabeludo assim, mas a forma como se conta pode tornar interessante. Agora, tem umas histórias que realmente são boas, a gente percebe isso. Vou te dar um exemplo até meio trágico, mas para você entender o que estou falando. Um assassinato. Ele pode ser matéria ou não. Infelizmente, não é uma coisa que acontece tão pouco assim. Às vezes falamos em assassinato. Mas o que aconteceu? A pessoa chegou, deu um tiro na outra e a outra morreu. Mas agora, é um assassinato de um adolescente, dentro de um cemitério, em São João Nepomuceno. Tem história. Tem pelo menos alguma coisa estranha nisso. A pessoa vai querer saber, não tenha dúvida (BARA 2008)

Indagada sobre a audiência de seu telejornal, a editora se mostra desconfiada com o método empregado pela emissora, que “é aquele antigo, que deixa o caderninho com a

¹³ A definição de público da emissora foi repassada pela Editora Regional, Gilze Bara, em entrevista ao autor, no dia 14/06/08.



pessoa para ela ir anotando em que canal ela estava em tantas horas, e depois quando vamos pegar a pessoa se esqueceu de anotar Não é por aparelho. Não é uma pesquisa muito certinha”.

Muitos participantes argumentam que vêem na TV uma espécie de companhia e que a deixam ligada para ouvir o telejornal mesmo não estando em frente à mesma. Giovanni, por exemplo, declara que costuma “ficar mais tempo em frente à internet”. Nesse momento, Romilda rebate: “Mas você não representa o público da Alterosa”. O comentário nos permite perceber que a operação de se presumir a audiência, proposta por Vizeu, é um processo que envolve não só jornalistas como também os próprios telespectadores.

Outro dado importante é que os jovens (tanto os quatro presentes nesta pesquisa de campo quanto os que participaram das oficinas “Telejornalismo:novos olhares”) reivindicam do telejornal algo que, em tese, não lhe pertenceria, segundo os cânones do jornalismo: entretenimento. “O que todo mundo fala é violência no jornal, morte, etc. Não gosto dessas coisas. Não tem assuntos mais interessantes, como piadas, novidade do mundo dos artistas, cultura”. Quando perguntados sobre o que poderia ser melhorado no telejornalismo local, os jovens do Território de Oportunidades sugeriram a inserção de vídeos entre as matérias.

Considerações finais

Miracy Gustin (2006) defende a idéia de que o morador urbano, ao experimentar a condição de cidadão, imprime ao seu local de moradia todo o seu imaginário criativo e transformador. Do contrário, repassa a violência sofrida por suas aspirações contra si mesmo, sua vizinhança e sua comunidade. E a cidade, “ao contrário da polis, torna-se violência e força”.

Nessa incursão urbana à qual nos dispusemos, foi válido perceber o desejo alimentado pela população da periferia de não apenas “estar na mídia”, mas de definir e questionar a maneira como quer ser representada pelo telejornalismo. O reconhecimento do próprio público sobre a audiência do telejornal e sobre aquilo que tem potencial para virar notícia, mais do que nos dar pistas de uma audiência ativa, nos traz indagações que estimulam uma ampliação de nossos estudos.

Como o público se reconhece “freguês” de determinado telejornal e não de outro, tendo-se em vista que, por parte dos próprios editores, a audiência ainda é algo definido por critérios de eficácia questionável? A postura crítica dos participantes que compuseram nosso recorte empírico, diante do reconhecimento de que seus bairros não se resumem



àquilo que “aparece na TV” rebate a obsoleta visão de telejornalismo como espelho da realidade. A constatação se dá a partir do momento em que os telespectadores passam a considerá-lo, apesar de um espaço inquestionável de habitabilidade, um recorte, um olhar dentre muitos possíveis. Além disso, reconhece-se como efetivo o poder da representação de influenciar de maneira benéfica ou negativa a imagem da periferia sobre si mesma e para o restante da cidade.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. 3ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994
- BARA, Gilze. : **Gilze Bara**: depoimento [jun. 2008]. Entrevistador: Jhonatan Alves Pereira Mata. Juiz de Fora, 2008. 1 fita cassete (60 min): mono.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **Os melhores poemas de Manuel Bandeira/seleção**. 4ed. São Paulo: Global, 1986
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura in BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura**: globalização, pós modernismo e identidade. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Estúdio Nobel: SESC, 1997.
- FECHINE, Yvana in PRYSTHON, Ângela (org). **Imagens da cidade: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GOMES, Itânia Maria Mota. **Das utilidades do conceito de endereçamento para análise do telejornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liiv Sovik. Trad. Adelaine la Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, 434 p
- _____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LAHNI, Cláudia Regina e Musse, Christina in COUTINHO, Iluska et al. **Comunicação: Tecnologia e Identidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.
- VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005
- _____. & CORREIO, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In VIZEU, Alfredo (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.